

destes governadores, numa espécie de "feira onde se oferece tudo".<sup>12</sup> O relato do que aí se passou varia do grotesco ao trágico. Não cabe aqui esse relato, como não cabe o das concessões feitas, em 1952, à Mannesmann, cujo capital foi integralizado da seguinte maneira: 190 milhões pelos bancos oficiais e 135 milhões arrancados ao Banco do Brasil, contra parecer de sua diretoria, merecendo, do encarregado de inquérito posterior, a conclusão seguinte: "Chegou-se, assim, ao absurdo de se fazer um empréstimo para o favorecido adquirir a garantia desse mesmo empréstimo".<sup>13</sup>

A massa de dinheiro disponível para o crédito direto ao consumidor (de produtos fabricados aqui pelas multinacionais, em esmagadora maioria) cresceria, em 1974, a uma taxa mensal de 5,2%. Do total do montante entregue às financeiras, 70% era canalizado para o financiamento da compra de automóveis, cuja fabricação estava, na prática totalidade, entregue, no Brasil, a empresas estrangeiras. Fora pior: em 1972, a parcela destinada a tal fim atingia 88% do total referido.<sup>14</sup> Enquanto isso, a imprensa informava que "toda a soja gaúcha exportada é vendida a uma dezena de empresas multinacionais, que detêm o controle do mercado e funcionam como intermediárias". Entre os dez maiores exportadores brasileiros estavam, em posição de liderança, praticamente de controle — e não só da soja — a Sanbra, a Anderson Clayton e a Swift-Armour.<sup>15</sup> A perda de controle sobre o desenvolvimento nacional seria a consequência inevitável de uma política de tal natureza e essência. Cedo, o economista Edmar Lisboa Bacha demonstraria que "as empresas internacionais podem determinar a taxa de crescimento da economia como um todo, ainda que representem uma pequena parcela do PIB", mencionando que, segundo dados do Senado norte-americano, a participação estrangeira no total das vendas industriais, no Brasil, atingiria, em 1970, a 43,5%.<sup>16</sup> Seria supérfluo voltar a denunciar o controle, pelas empresas estrangeiras, da produção dita brasileira; estatística de 1973 destacava que, entre as 50 maiores empresas aqui instaladas, 24 eram estatais, 19 eram estrangeiras e apenas 7 eram nacionais privadas; entre as 20 maiores não havia nenhuma nacional privada.<sup>17</sup> E por isso mesmo, a CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão do Ministério da Justiça, completava, em 1974, doze anos sem condenar.<sup>18</sup>

Em dezembro de 1972, era firmado um protocolo entre a Companhia Vale do Rio Doce, estatal, e a ALCAN, monopólio estrangeiro, para exploração de bauxita do Trombetas, no Pará.<sup>19</sup> Em março de 1971, ato governamental eliminara a garimpagem da cassiterita de Rondônia, para "que se criassem as companhias e empresas de mineração de grande porte".<sup>20</sup> O tungstênio era da Wah Chang; o bário era da Pigmina Co.; o cromo era da Cromiun Min.; o cobre aparecia como de firmas brasileiras, que eram meros disfarces de empresas estrangeiras; o berilo era da

<sup>12</sup> Em *Opinião*, nº 23, Rio, 9 de abril de 1973.

<sup>13</sup> O encarregado do inquérito foi o general Ailton Salgueiro de Freitas; pertence-lhe a conclusão citada.

<sup>14</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 16 de março de 1974.

<sup>15</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 4 de agosto de 1974.

<sup>16</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 18 de abril de 1974.

<sup>17</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 9 de setembro de 1974.

<sup>18</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 17 de março de 1974.

<sup>19</sup> Em *Visão*, Rio, 22 de julho de 1974.

<sup>20</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 17 de fevereiro de 1974.